

## Ensinar a história da África? Mas, o que é a África, afinal?

Cíntia Santos Diallo<sup>1</sup>

*O principal problema encontrado no processo de ensino e aprendizado da História Africana não é relativo à história e à sua complexidade, mas é com relação aos preconceitos adquiridos num processo de informação desinformada sobre a África<sup>2</sup>.*

O presente trabalho tem como objetivo socializar a experiência por nós vivida, no ano de 2012, durante a Jornada Pedagógica da Rede Municipal de Dourados – MS, na qual ofertamos a oficina pedagógica intitulada O que é a África, afinal?

A Jornada Pedagógica teve início em 2011, foi realizada em dois dias, no final do recesso de julho, teve como público alvo professores, diretores e coordenadores das 45 escolas de Ensino Fundamental e 36 Centros de Educação Infantil, tendo como finalidade oportunizar formação continuada em diversas áreas do saber.

Por meio do site oficial da Secretaria Municipal de Educação foi disponibilizada a lista de Oficinas, entre as quais o profissional deveria escolher uma, sendo sua participação obrigatória. Para planejar, elaborar e ministrar as Oficinas foram convidados professores do Ensino Superior e da rede Municipal e Estadual de Ensino da Região.

Ao recebermos o convite coube-nos elaborar uma Oficina que subsidiasse os professores na incorporação da Lei nº 10.639/03, especificamente no que tange a História da África. Em linhas gerais significava falar sobre,

“povos, culturas e civilizações do continente africano, antes, durante e depois da grande tragédia dos tráficos negreiros transaariano, do Mar Vermelho, do oceano Índico (árabe-muçulmano) e do oceano Atlântico (europeu), e sobre a subsequente colonização direta do continente pelo Ocidente a partir do século XIX.” (MOORE, 2005: 133)

Cabe ressaltar que a Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, tornou obrigatório o ensino da História da África e dos Afro-descendentes, nas escolas públicas e privadas do Ensino Básico.

<sup>1</sup> Doutoranda em História PPGH/UFGD, Mestre em Educação, Professora Substituta da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, cintiadiallo@gmail.com.

<sup>2</sup> Henrique Cunha Júnior

É oportuno mencionar que tal lei é fruto de pauta reivindicatória dos movimentos negros por políticas públicas que contemplem ações afirmativas e, também pela inserção de uma educação de qualidade promotora da equidade, dos direitos e da pluralidade cultural, bem como para a construção de currículos escolares que deem conta da diversidade de nosso país, ganha maior visibilidade a partir da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, na cidade de Durban, na África do Sul.

A Conferência representa um marco para luta dos movimentos negros, tanto no que diz respeito às reuniões preparatórias para Durban, na qual os movimentos constroem um consenso sobre a urgência de o Estado brasileiro posicionar-se contrariamente em relação às desigualdades raciais existente no país. Quanto no momento em que o Brasil, tornar-se signatário do documento final elaborado durante a Conferência e assume internacionalmente o compromisso de implementar políticas públicas de promoção da igualdade racial.

Organizar tal oficina mostrou-se, um grande desafio na medida em que o tempo que dispúnhamos para tanto, 12 horas, era ínfimo diante do trabalho que teria que ser desenvolvido. Pois, não tínhamos a intenção de fazer dessa rara oportunidade, tanto para nós quanto para os professores cursistas um espaço de exposição de conteúdos desconexos da realidade dos alunos brasileiros.

Optamos por nos orientar pelos estudos de Moore (2005, 2008) e Cunha Jr.(2001) que apontam para a necessidade de despertar o sentimento de empatia do docente em relação aos povos e culturas originárias do continente africano. E, ao mesmo tempo apresentar elementos que o ajudem a superar os preconceitos adquiridos num processo de informação desinformada sobre a África, de acordo com Cunha Jr, (2001)

“Estas informações de caráter racistas, produtoras de um imaginário pobre e preconceituoso, brutalmente erradas, extremamente alienantes e fortemente restritivas. Seu efeito é tão forte que as pessoas quando colocadas em frente a uma nova informação sobre a África tem dificuldade em articular novos raciocínios sobre a história deste continente, sobretudo de imaginar diferente do raciocínio habitual.”

Uma vez definidos os princípios norteadores “empatia” e “superção dos preconceitos”, iniciamos a seleção dos temas que seriam abordados durante a oficina.

## **Em busca de um caminho... A construção da Oficina**

Sendo o arcabouço legal tema obrigatório, incluímos aqui a discussão e reflexão sobre as lutas do Movimento Negro pela implementação de Políticas Públicas que contemplassem Ações Afirmativas, entre elas o ensino da História da África e dos Afro-brasileiros, e, das contribuições dos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro durante a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban, África do Sul. (GOMES, 2010).

Ao falar sobre a História da África, não poderíamos desconsiderar a condição de exclusão econômica e social em que se encontra a população negra no Brasil, neste sentido ao discutir a questão da desigualdade racial, utilizamos conceitos como racismo, discriminação racial, raça, identidade, ação afirmativa, cotas raciais e etnocentrismo (MUNANGA & GOMES, 2006). Como nem todos conhecem o significado e a complexidade desses conceitos, elegemos essa a temática seguinte da oficina.

Ao lançar luz sobre o continente africano, as perguntas sobre a condição de miséria, guerra, doenças, animais selvagens, são comuns. Com o intuito de contribuir no processo de construção de uma visão menos estigmatizada da África, lançamos mão da seguinte dinâmica: apresentaríamos aos professores, fotos de diversos países com o objetivo de convidá-los a refletir sobre a diversidade africana. Esperávamos discutir as diversidades geográficas, atividades econômica, organização do espaço urbano e rural, as diferenças religiosas, étnicas e culturais.

A atividade seguinte consistiria em descrever a singularidade africana, ou seja, “o fato de seus povos autóctones terem sido os progenitores de todas as populações humanas do planeta, o que fez do continente africano o berço único da espécie humana” (MOORE, 2008)

Apresentaríamos também, mas sem a possibilidade de aprofundamento, os Grandes Reinos Africanos do Mali, Songhay, Gana. E os principais historiadores responsáveis pela nova historiografia africana Joseph Ki-Zerbo, Cheikh Anta Diop, Elikia M'Bokolo, Sekene Cissoko, entre outros.

Para finalizar assistiríamos e discutiríamos o filme Kiriku e a Feiticeira e o curta Vista a Minha Pele.

## Rumo à África... realizando a Oficina

Inscreveram-se para a Oficina vinte professoras, do Ensino Fundamental das Séries Iniciais.

Ao serem questionadas sobre o que sabiam do Continente Africano, a maioria afirmou não conhecer muito além do que era veiculado pelos meios de comunicação em massa: guerras, fome, doenças, povos exóticos e que sentiam necessidade de transcender o senso comum, para trabalhar com a Lei 10.639/2003.

Perguntamos também, a respeito do material que dispunham para trabalhar na sala de aula a Educação antirracista, as professoras responderam que suas escolas haviam recebido material didático específico<sup>3</sup>, mas que sentiam falta de cursos de formação continuada.

Iniciamos a Oficina apresentando o arcabouço legal<sup>4</sup> que orienta a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos afro-brasileiros e a contribuição dos movimentos negros. Democracia, direitos, participação e cidadania, políticas públicas sociais, promoção da igualdade, foram uns dos conceitos discutidos e apontados pelo grupo de professoras como necessário para a construção de uma educação antirracista na escola.

Descrever e apontar os conceitos mais específicos das discussões sobre desigualdades raciais: raça, racismo, discriminação racial, etnia, preconceito, cotas e ações afirmativas. Mostrou-se esclarecedor e muito produtivo. Rendeu uma boa discussão, e gerou alguns questionamentos tais como: Um negro pode ser racista? É possível superar o preconceito? Podemos falar em uma etnia brasileira?

Ao perguntar para os professores sobre quais imagens vinham-lhe a mente ao o pronunciar a palavra África, sem titubear os professores disseram: fome, pobreza extrema, doenças, guerras, étnicas. De acordo com Cunha Jr, (2001)

“A imagem do Africano na nossa sociedade é a do selvagem acorrentado à miséria. Imagem construída pela insistência e persistência das representações africanas como a terra dos macacos, dos leões, dos homens nus e dos escravos.”

Sendo que os meios de comunicação foram apontados como os principais veiculares de tais ideias.

<sup>3</sup>Kit a cor da cultura – Ministério da Educação

<sup>4</sup> Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003 e DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

Oportunamente iniciamos a apresentação de fotos sobre diversos países africanos.

As capitais de Senegal, Burkina Faso República Centro Africana, com suas arquiteturas modernas, trânsito intenso e comércio, causou surpresa, espanto e em certa medida desconfiança. Seriam aquelas localidades africanas? As discussões que geradas nesse momento, ofereceram elementos para que os professores pudessem levar para a sala de aula a concepção de que a África não é uma Selva Tropical, localizada nos confins do planeta.

Não se trata de desconsiderar as organizações tradicionais, nem tão pouco a condição de extrema pobreza de alguns países. Contudo faz-se necessário apresentar aos alunos outra África. Aquela cujas cidades de diversos países possuem infraestruturas urbanas, comércio, indústrias, agropecuária, escolas, universidade.

Superar a ideia de que a África é um imenso campo de refugiado fica mais fácil ao observar as fotos do belo litoral de Luanda em Angola, da urbanizada Pretória na África do Sul ou a Universidade Cheikh Anta Diop no Senegal.

A partir daí exploramos a diversidade de climas e vegetação, bem como integração milenar no continente a despeito do deserto do Saara. Além da diversidade linguística, mais de 2000, que ao contrário do que se pensa não torna os africanos isolados. Pois, todas essas línguas derivam de apenas quatro troncos, além do mais o árabe e o swahili é falado em todo continente. De modo que a variedade de línguas não é um obstáculo para comunicação entre africanos.

Ao elencar o protagonismo e a singularidade do continente africano, nos pautamos nas pesquisas de Joseph Ki-Zerbo, Cheikh Anta Diop e outros que nos apontam a África é incontestavelmente o berço único da humanidade.

Ao demonstrar que os seus primeiros habitantes foram os pais de todas as populações humanas do planeta<sup>5</sup>. Ou ainda,

“ que a África é o único lugar no mundo “onde se encontram, em perfeita sequencia geológica, e acompanhados pelas indústrias líticas ou metalúrgicas correspondentes, todos os indícios de evolução da nossa espécie a partir dos primeiros ancestrais homínídeos.”

---

<sup>5</sup> Dados científicos corroboram tanto as análises do DNA mitocondrial quanto aos achados paleontológicos.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
PARÁ

Intencionávamos sensibilizar aquele grupo de professoras para importância do continente africano, para a história da humanidade e em decorrência disto a necessidade de fazer com que as crianças respeitem não só aquele espaço territorial, mas também as pessoas que lá vivem e seus descendentes brasileiros.

Uma das professoras comentou: Qual impacto causaríamos nos alunos? Se ao invés de dizer o primeiro homem surgiu na África, disséssemos a África é o berço da Humanidade?

Argumentamos ainda que as pesquisas revelam que a vida humana desenvolveu-se primeiro no continente africano, e só depois migrou para outros continentes. Conclui-se daí que os diferentes tipos humanos é um fenômeno recente, provavelmente do final do paleolítico.

De acordo com Moore (2008:137) , a porta de entrada para o ensino de história da África passa pelo reconhecimento desse continente na suas singularidades essenciais, tais como:

- “- berço da humanidade em todas as suas configurações tanto antiga (habilis, erectus, neanderthalensis) como moderna (sapiens sapiens)
- lugar a partir do qual efetuou o povoamento do planeta, a partir de 100 a 80 mil anos
- berço das primeiras civilizações agro-sedentárias e agro-burocrática do mundo ao longo do Nilo (Egito, Kerma, Meroé)”

Fizemos referência também ao protagonismo africano no que diz respeito à Matemática (Congo e Uganda 20 mil a.C), à Agricultura (africanos trouxeram técnica de irrigação, rotação de plantio, adubagem), à Metalurgia (600 anos a.C.) e Medicina (cesárea e autópsia). (OLIVEIRA, 2008).

O tema proposto Grandes Reinos foi abordado superficialmente, dadas limitações de tempo, como citamos acima. Entretanto, foi possível colocar para os professores que os principais relatos sobre a África Ocidental entre os séculos IX e XI, são dos viajantes árabes e navegadores portugueses,

“muitos falam com admiração das formas políticas africanas altamente elaboradas e socialmente aperfeiçoadas, entre as quais se alternavam reinos, impérios, cidades-estados e outras formas políticas baseadas no parentesco, como chefias, clãs, linhagem etc”(GOMES, 2006:32)”

Observamos também que até o início da era colonial moderna, não era incomum ouvir um discurso positivo sobre a África.

Para finalizar a Oficina assistimos ao filme Kiriku e a Feiticeira, é um desenho animado que se passa no interior da África Central. Kiriku um menino minúsculo se propõe a enfrentar a Karabá a feiticeira, para devolver a paz para a sua tribo.

O filme mostra o cotidiano de uma tribo no interior africano, como se vestem as mulheres, as brincadeiras das crianças, a musicalidade e oralidade, o respeito aos mais velhos e a importância dos mitos na sociedade africana. E o mais importante sem folclorizar o africano.

### **Considerações...**

Embora curta, a Oficina foi muito produtiva, discutimos sobre a efetividade da lei nº 10.639/03, sobre as possibilidades e limites de uma Educação Antirracista no Brasil, bem como a falta de formação continuada e material didático.

As professores aprovaram a dinâmica de utilização das fotos e algumas confessaram que no primeiro momento não acreditaram ser aquelas uma localidade africana, afirmaram também que desconheciam grande parte dos dados apresentados sobre a singularidade e o protagonismo africano.

Outra consideração importante é sobre a tomada de consciência do quanto ainda somos preconceitos no que diz respeito a história da África, e ao mesmo tempo como as TIC's podem nos ajudar a construir uma imagem mais positiva do continente africano.

Para nós está foi uma experiência singular, que embora precise ser amadurecida, contribui com elementos substanciais para que os professores aumentassem sem sentimento de empatia em relação ao continente africano e iniciassem a construção de uma imagem mais positiva em relação à África, contribuindo deste modo com a implementação de fato da lei 10639/08.

Referências

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

BRASIL. Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 23/12/1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação Antirracista**: caminhos abertos pela Lei nº 10.639/2003. Brasília, 2005.

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana. Brasília/DF:SECAD/ME, 2004.

BRASIL, Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Brasília: SECAD; SEPPPIR, junho, 2009.

CAVALLEIRO, E. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

CUNHA JR, Henrique. (2001). Africanidade, Afrodescendência e Educação. Fortaleza – CE: Educação em Debate. Ano 23, Vol. 2, número 42, p.5-15, 2001.

MOORE, C. Racismo e Sociedade: Novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

MOORE, C. Racismo e Sociedade: Novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

MUNANGA, K; GOMES, L. O Negro no Brasil de hoje. São Paulo: Ação Educativa, 2006.